

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO RECURSO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA SUL DA BAHIA NA CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE TERRITORIAL

GEOGRAPHICAL INDICATION AS AN IDENTITY CONSTRUCTION RESOURCE: ANALYSIS OF THE DIGITAL DISCOURSE OF THE INDICATION OF SOURCE SOUTHERN BAHIA IN THE CONSOLIDATION OF A NEW TERRITORIAL IDENTITY

Ivan Bezerra dos Santos¹; Ana Carolina Pereira Novaes²; Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes³; Soraia Vanessa Matarazzo⁴; Gesil Sampaio Amarante Segundo⁵; Ana Paula Trovatti Uetanabaro⁶

¹Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC - Brasil - jornalistabezerra@gmail.com

²Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC - Brasil - acarolnovaes@hotmail.com

³Academia da Propriedade Intelectual do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI – Brasil - luciaregg@uol.com.br

⁴Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC - Brasil - svmatarazzo@uesc.br

⁵Universidade Estadual de Santa Cruz– UESC - Brasil - gsamarante@uesc.br

⁶Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC - Brasil - aptuetanabaro@gmail.com

Resumo

Há mais de dois séculos, a história da região Sul da Bahia vem sendo escrita em torno de sua principal atividade econômica: a lavoura cacauíera. Essa cultura agrícola foi determinante na formação da identidade territorial, um dos principais fatores para a concessão do registro de Indicação de Procedência (IP) Sul da Bahia pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que protege a propriedade intelectual em torno do produto amêndoa de cacau da região. O signo distintivo da IP Sul da Bahia se junta a uma série de fatores próprios do lugar, como história, cultura, meio ambiente, organização social, turismo e desenvolvimento tecnológico da cultura cacauíera, para servir de recurso para a criação de uma nova identidade territorial com vistas ao desenvolvimento socioeconômico da região. Para identificar o impacto deste registro na identidade do lugar, foi realizada uma análise do discurso textual e imagético criado pela Associação Cacau do Sul Bahia (ACSB) em seus meios de comunicação na internet. Responsável jurídica pelo signo da IP, a ACSB representa 14 associações e mais de três mil produtores do cacau. A base teórica e o resultado da análise empírica demonstraram que uma narrativa estratégica bem construída tende a interferir na criação da identidade territorial pretendida. Por fim, este trabalho fez um levantamento analítico do conteúdo do discurso construído em torno da IP Sul da Bahia, apontou as qualidades e as inadequações da narrativa e sugeriu correções para a criação de uma identidade territorial econômica e socialmente desenvolvimentista.

Palavras-chave: indicação de procedência; análise do discurso; amêndoa de cacau; Sul da Bahia.

Abstract

For more than two centuries, the history of the southern region of Bahia has been written around its main economic activity: cocoa cultivation. This agricultural culture was determinant in the formation of the territorial identity, one of the main factors for the granting of registration of Indication of Source (often referred as IP) Southern Bahia by the National Institute of Industrial Property (INPI), which protects the intellectual property around a regional product: cocoa bean. IP Southern Bahia distinctive sign is related to a range of local factors, such as history, culture, environment, social organization, tourism and technological development of cocoa, in order to suit as a resource for the creation of a new territorial identity aiming at regional socioeconomic development. An analysis of the textual and imaginary discourse created by Southern Bahia Cocoa Association (ACSB) was carried out in its internet media in order to identify the registration impact on the place identity. ACSB represents 14 associations and more than 3.000 cocoa producers. The theoretical basis and the result of the empirical analysis have shown that a well-constructed strategic narrative tends to affect the creation of the intended territorial identity. Finally, this study made an analytical survey of the discourse content built around the IP Southern Bahia, pointed out the qualities and lacks of the narrative and suggested corrections for the creation of an economic and socially development territorial identity.

Key-words: indication of source; analysis of the discourse; cocoa bean; Southern Bahia.

1. Introdução

A história secular da cultura do cacau no Sul da Bahia foi iniciada em 1746, quando os primeiros pés da planta, trazidos da Amazônia, teriam sido plantados na região da Mata Atlântica, inicialmente no município de Canavieiras. Posteriormente, em 1952, mudas resultantes desse primeiro plantio teriam sido plantadas no município de Ilhéus, já respeitando o sistema sustentável de agricultura tropical cacau-cabruca, que mantém parte da mata original para o sombreamento natural do cacaueiro, planta sensível à exposição do sol. Esta prática agroecológica evita a erosão do solo (importante para regiões montanhosas, comuns no Sul da Bahia) e preserva o sistema hidrológico (CEPLAC, 1982; ROCHA, 2008).

Em 1920, a Bahia assumiu o posto de maior produtor nacional de amêndoas de cacau (CEPLAC, 1982). Do passado promissor do cacau, se estabeleceu na contemporaneidade da região, além do próprio fruto, uma identidade territorial preservada por uma memória coletiva arraigada de elementos culturais e sociais ainda resistentes aos novos rearranjos sociais, econômicos e mercadológicos em torno da cultura cacaueira. Muito dessa resistência se estabeleceu pela resiliência do cacaucultor (sujeito histórico) adquirida após severas crises no decorrer do tempo, em especial a crise da vassoura de bruxa que afetou a cultura do cacau da região nas três últimas décadas e, mais recentemente, a queda de 34% na produção de cacau em decorrência da forte crise

hídrica no período que compreendeu as safras de 2015 a 2016¹.

A percepção sobre memória, neste estudo, encontra sustentação no fato de ser elemento essencial para a formação da identidade, tanto do sujeito quanto coletiva. Para Souza (2014), a memória deve ser abordada como premissa dos referenciais identitários, sustentada em lembranças do passado. Memória e identidade aparecem então como valores resultantes dos conflitos sociais presentes no tempo e no espaço.

Neste sentido, o cacau no Sul da Bahia se estabelece como elemento tenaz entre o sujeito regional, sua história e os contextos sociais próprios desta localização geográfica. Essa percepção se torna mais nítida a partir da institucionalização da Indicação de Procedência (IP) Sul da Bahia, com o registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) publicado na Revista de Propriedade Industrial (RPI) nº 2468 em 24 de abril de 2018, que protege o nome geográfico através da Propriedade Intelectual em torno do cultivo da amêndoa de cacau de origem.

Este estudo, portanto, parte da hipótese de que os elementos em torno do signo distintivo de uma Indicação Geográfica (IG) tendem a interferir na identidade territorial e, no caso específico da IP Sul da Bahia, em seus aspectos sociais, culturais, produtivos e tecnológicos, econômicos e turísticos.

Cruz (2017) identificou como sendo ainda excepcional no Brasil a IG servir de experiência exitosa de agregação de valor e desenvolvimento territorial. Ponto de partida para a justificativa de estudos que relacionem fatores identitários territoriais aos desenvolvimentistas em torno das IGs, sobretudo por seu aspecto que extrapola o de uma ferramenta mercadológica voltada à proteção e diferenciação do produto. As IGs devem operar como estratégias de indução de processos de desenvolvimento territorial através dos processos de (re)territorialização da produção (NIEDERLE, 2009), o que, sobremaneira, interpassa por aspectos identitários.

Para discutir as vertentes comportamentais identitárias impulsionadas pela narrativa criada em torno da institucionalização do signo da IP Sul da Bahia, buscou-se, através do levantamento referencial teórico em torno da identidade, dos aspectos regionais da IP Sul da Bahia e da análise discursiva, identificar os elementos históricos e contemporâneos formadores da identidade territorial e aqueles que, a partir da utilização planejada do discurso, tenham potencial de transformação desta identidade. O objetivo é analisar, a partir de um objeto específico (IP Sul da Bahia), como o processo de subjetividade narrativa sobre o signo de IG, de forma geral, tende a

¹ Produção de cacau no Brasil cai 34% por seca. Revista Globo Rural. 2017. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/02/producao-de-cacau-no-brasil-cai-34-por-seca.html>>. Acesso em 27 ago. 2018.

efetivamente promover o desenvolvimento socioeconômico de sua região de abrangência, o resultado mais esperado pelas comunidades que auferem essa proteção da Propriedade Intelectual (PI).

2. Memória, identidade e territorialidade

Michael Pollak (1992) implica a memória em dois dos três elementos suscitados por ele como essenciais para a formação da identidade. O primeiro, na continuidade dentro do tempo, a capacidade de o indivíduo compreender o seu lugar no presente, de identificar elementos do passado que a ele - enquanto indivíduo ou coletivo - pertence e de buscar o seu sentido moral e psicológico. O segundo, na coerência de efetiva unificação dos elementos constituintes do indivíduo. O terceiro elemento é o sentimento de fronteiras físicas (o próprio corpo) ou fronteiras de pertencimento ao grupo (coletividade).

Tomando este entendimento como base para a análise de característica identitária de determinada região geográfica abrangida por uma IG, a área delimitada por suas fronteiras territoriais torna-se também elemento de formação identitária, tanto para os membros inseridos nesta área, individualmente, quanto para o coletivo de pessoas com objetivos em comum e detentoras de bens, tangíveis e intangíveis, relacionados à simbologia presente neste signo distintivo.

Para Denardin (2009), esses pertences territoriais, excetuando os produtos primários, são elementos diferenciadores dos territórios. Isso coloca, sobretudo para as IGs, a necessidade de qualificação e diferenciação de seus recursos e bens, promovidas pelos atores locais, para estipular o grau de especialidade dos produtos e serviços gerados e agregar maior valor ao que, desta forma, passa a ser qualificado como ativo integralizado ao sinal distintivo da origem geográfica.

Woodward (2011) se aproxima mais do sentido de identidade como resultado da seletividade da memória ao defender que a cultura é elemento que liga o passado às relações sociais, culturais e econômicas atuais. Desta forma, as escolhas que definem as experiências individuais e coletivas também modelam a identidade. Por outro lado, a identidade também é resultado da territorialidade enquanto relações sociais e atividades diárias relacionadas ao grupo de pessoas de determinada região, o resultado do processo de produção do território (SAQUET, 2003).

O ambiente mercadológico privilegia produtos com diferenciação relacionada à qualidade, processo e fatores subjetivos, arraigados na cultura e história do lugar. A territorialidade, neste

sentido, torna-se vetor de alto poder de agregação de valor aos produtos e serviços. Neste aspecto, a IG desponta como uma das principais estratégias de articulação dos potenciais de desenvolvimento territorial em prol da identidade territorial, dado o seu reconhecimento, inclusive formal e oficial perante órgãos de registro de Propriedade Intelectual nacionais e internacionais (DALLABRIDA, 2012). Juridicamente, as IGs são consideradas marcas territoriais que reconhecem direitos coletivos referentes aos elementos distintivos de uma região (GURGEL, 2006).

Esses aspectos colocam o estudo da identidade territorialista em torno da IP Sul da Bahia intrinsecamente conectado aos fatores históricos regionais, à cultura (social e agrária) do lugar e aos aspectos ambientais. Neste sentido, a identidade territorial é o resultado de um processo histórico compreendido a partir de uma perspectiva integradora na qual seja possível estabelecer o domínio político estruturado e a apropriação simbólica identitária inerente a certa classe social (HAESBAERT, 1997).

3. A construção da identidade

Sempre em fase de construção, a identidade é o resultado da relação com o outro. A alteridade é, na pós-modernidade, elemento constituinte do sujeito. O ser inserido em uma coletividade é, essencialmente, resultado de suas relações com esse meio. Sua identidade é moldada nos contornos de suas relações sociais (HALL, 2011).

Está na construção narrativa a ligação entre a memória e a identidade. Assim, como compreendido por Candau (2011), “a memória é a identidade em ação”. A identidade está relacionada ao pertencimento da delimitação espacial e ao compartilhamento de elementos identificadores – língua, objetos, costumes – que a diferencia de outras (CANCLINI, 2006).

Essa identificação se relaciona à comunidade simbólica, ligada a um território, que produz sentidos em um sistema de representação cultural (HALL, 2006). A territorialidade está relacionada ao que está no território ou ao que a ele pertence, como as pessoas que nele habitam, criando assim, de forma subjetiva, uma consciência de sua participação e de confraternização entre elas (ANDRADE, 2005).

As identidades dependem das memórias para sua formação, porém não se tratam da mesma coisa. Identidades são “construídas” a partir de um conjunto de fatores capazes de diferenciar indivíduos e grupos de pessoas (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2002; CANDAU 2011).

A memória, com suas intenções identitárias, é um recurso comunicacional no qual o outro

recebe a informação tal qual estabelecida pelo narrador da lembrança de determinado acontecimento ou da descrição do objeto que o motiva (LE GOFF, 2008). Tal como a memória, a identidade também é uma produção narrativa, a construção do que se narra, baseada nas histórias contadas, nos relatos de si (CANCLINI, 2006; HALL, 2011). As identidades surgem da narrativização do eu. Apesar da natureza necessariamente ficcional desse processo, a eficácia discursiva, material ou política se mantém. Nesse processo articulado que institui a identificação, a narrativa é essencial para determinar e demarcar as fronteiras simbólicas. Compreender o que há dentro, no grupo, no individual, nesta identidade, requer e estabelece a identificação do que é deixado de fora, no exterior do que a constitui (HALL, 2011).

Quando se narra uma memória, se rememora e há a interferência dos aspectos presentes na leitura do passado, a identidade está em plena formação (SOUZA, 2014). As identidades são estabelecidas pelo discurso, sendo, portanto, o processo de formação das identidades, discursivo. É no discurso narrativo que a identidade encontra sua qualificação modeladora. Identidades são posições, obrigatoriamente assumidas pelo sujeito, das representações do ser social marcado pelo perfil identitário presente nele mesmo. A identidade formulada é o nó capaz de estabelecer a união entre o discurso e os lugares sociais de seus indivíduos (HALL, 2011).

Para Castro (2016), a interpretação histórica dos grupos sociais tem em vista a construção da identidade social, um processo que determina à história social uma série de subdivisões, a serem separadas entre lembranças e esquecimentos. O exercício da seleção de algumas lembranças e exclusão de outras, no sujeito, ocorre de forma consciente ou não (POLLAK, 1992). De fato, o que interfere nesta seletividade a fim de determinar o formato das representações do passado são as características próprias do momento atual (CANDAU, 2006). Ou seja, no conflito entre memória e identidade, ambas se conjugam, se nutrem e se apoiam uma à outra, formando uma nova narrativa. De resto, fica o esquecimento (CANDAU, 2011).

Grupos detentores do poder, político e econômico, tendem a produzir as ações das memórias de imagens sociais e narrativas do passado de forma a promover coesão social e a autoidentificação através de relatos históricos (HOBSBAWM, 1983; ANDERSON, 1993; NORA, 1997). Assumindo o papel de protagonista do novo referencial de significados próprios da IP Sul da Bahia, a Associação Cacau do Sul da Bahia (ACSB), representante jurídico do signo distintivo de origem e que agrega mais de 3 mil cacauicultores da região, passa a ser, na contextualização teórica apresentada, o ente responsável pelo desenvolvimento narrativo de um novo perfil identitário regional.

Candau (2011) reforçou esse pensamento ao atribuir à IG a responsabilidade de construir a relação com o outro (pertencente ou externo ao seu ambiente social/geográfico) de forma a manter constantes a delimitação espacial e a manutenção e remodelação da identidade territorial. Pensamento corroborado por Hall (2006), ao afirmar que a identidade, estruturada pela memória, também é formada a partir da interação entre o eu e a sociedade. A memória, lugar onde a história cresce e é alimentada, procura instituir ao passado uma fonte de recursos identitários a serviço do presente e do futuro (LE GOFF, 1996).

A construção da memória social em torno da definição de uma identidade organizacional compreende o uso que a IG faz de elementos do passado com base em valores e significados atuais que fundamentam projetos de desenvolvimento futuro. Formalizada, a memória organizacional torna possível a (re)construção, (re)significação e (re)elaboração da organização social, transformando e sustentando as realidades existentes (BOECHAT, 2016).

Essa definição da memória passa a configurar como elemento base do grupo, da identidade coletiva, com significados construídos sócio historicamente para manter a coesão e o sentimento de pertença, a definição de uma história e uma visão conjunta (SOREK, 2011).

4. IP Sul da Bahia, uma nova identidade de lugar

A (re)construção da identidade deve ser considerada como um processo de ruptura seletiva com o passado com a intencionalidade de interferência e alterações futuras determinadas pelas ações adotadas no tempo presente (POLLAK, 1992; LE GOFF, 1996; SARLO, 2007; HALL, 2006; CANDAU, 2006; CANDAU, 2011; SOUZA, 2014; FERNANDES SILVA, 2014).

Ou seja, da mesma forma como ser o que se é, o que leva a assumir a identidade atual conforme e baseada em experiências passadas, o indivíduo, no momento atual e constantemente, define sua identidade futura com base também em suas experiências contemporâneas, que passarão a compor a sua memória. Portanto, o agir agora conforme um planejamento estabelecido permite estabelecer a identidade futura, aquela pretendida para si, para o outro e para o grupo social.

A IP Sul da Bahia é, neste contexto, a concretização da instrumentalização das mudanças que tendem a interferir na reconstrução identitária territorial. É a materialização de ideais modernos de desenvolvimento socioeconômico sustentável baseado na produção e comercialização de bens com características específicas a partir da castanha de cacau de origem, como respeito ao meio ambiente, preservação da cultura e estímulo ao turismo regional.

Alavancando toda essa nova perspectiva, surge um novo elemento com potencial para manter a composição em torno da cultura do cacau na região Sul da Bahia numa constante desenvolvimentista: o chocolate fino ou chocolate *gourmet*. Produzido por cacauicultores inseridos na área de abrangência da IP Sul da Bahia a partir de amêndoas com garantia de origem local, esse produto tem apresentado qualidade similar à dos melhores chocolates do mundo², além de atender às exigências específicas deste mercado. O principal diferencial do chocolate produzido no Sul da Bahia está no seu conceito de produção. Enquanto, no mundo, sinônimo de qualidade de chocolate, muitas vezes, se refere ao conceito “bean-to-bar”, ou seja, da amêndoa à barra, numa referência de uso seletivo de matéria prima com origem certificada, na região Sul da Bahia o conceito evoluiu para “tree-to-bar”, ou seja, chocolate produzido com controle de matéria prima desde a árvore e, muitas vezes, dentro da própria fazenda onde se cultiva o cacau. Privilégio possível em poucas regiões produtoras do mundo (MESQUITA, 2017).

Neste contexto, o chocolate *gourmet* tende a assumir a função da linha de costura da metáfora utilizada por Hall (2006), capaz de unir, suturar, o sujeito da IP Sul da Bahia à nova identidade já em formação em torno dele mesmo.

Nota-se, entretanto, que a aplicação de técnicas específicas de processamento à *commodity* cacau (produto protegido pelo sinal distintivo de origem IP Sul da Bahia) como, por exemplo, a produção de chocolate *gourmet*, de modo a agregar valor à produção agrícola, se enquadra no cenário de processo produtivo ideal previsto a partir da institucionalização da IP. Da mesma forma, a identidade territorial resultante dessa mudança de perfil produtivo em torno da cultura do cacau deve fazer parte de um cenário ideal de região sustentável econômica, ambiental e socialmente.

5. Do passado, o cacau e a história (ou parte dela)

A região cacauífera do Sul da Bahia é marcada por uma história secular presente no imaginário popular que demarca aquela região como sendo o lugar estabelecido sob o domínio dos coronéis do cacau em detrimento da exploração da mão de obra desvalorizada ou escrava. Relações sociais imortalizadas na história, na literatura e em relatos de um tempo em que a relação de poder estava atrelada aos domínios econômicos provenientes do fruto apelidado, no auge da produção do cacau, como “ouro branco”³.

² A Bahia faz chocolate. Estadão / Paladar. 2017. Disponível em: <<https://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,a-bahia-faz-chocolate,70001947757>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

³ Como empreendedores estão ajudando a recuperar o cacau brasileiro. 2015. Pequenas Empresas & Grandes Negócios.

Entre o fim do século XIX e início do século XX uma série de fatores contribuíram para a ascensão do poder coronelista na região: a junção entre os poderes econômico, social, político; a posse da elite sobre as armas; o aumento da demanda, do preço e da produção do cacau; a escassez de mão de obra e exploração daqueles que dependiam de terra para trabalhar e que, por isso, submetiam-se aos domínios territoriais dos coronéis; a formação de uma elite latifundiária agrário-exportadora; a ausência do Estado como garantidor da ordem; e o próprio advento do coronelismo na região (FALCÓN, 2010).

Oficialmente, o coronelismo durou até a década de 1930. Mas a cultura identitária relacionada a esse sistema social típico daquela região se manteve viva e praticamente inalterada até a introdução da vassouradebruxa nos cacauais, em 1989, quando o coronelismo passou a perder força, mas ainda se manteve vivo na memória coletiva. No passado, a estruturação social do coronelismo definia quem mandava, quem detinha o poder, e, sobretudo, estabelecia aqueles que em nada mandavam. Os símbolos (arquitetônicos, organizacionais e estruturais) daquela época comunicavam ordens e estabeleciam a propriedade do território servindo de instrumento de manutenção de poder, desde o resgate e valorização de elementos pretéritos até o estabelecimento das ordenações futuras (RANGEL; TONELLA 2013).

Esse negativismo ligado à palavra coronel (em contexto fora do militar) deve-se a sua sobrevivência figurativa no decorrer do tempo, tornando-a imune às transformações históricas. O coronel, assim, mantém-se sempre relacionado à figura truculenta e discricionária, incapaz de demonstrar humanidade ou sentimentos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

No contraponto dessa figura eternizada inclusive na literatura brasileira, está a força do trabalho de herdeiros dos coronéis e de forasteiros que chegaram à região em busca de trabalho e das riquezas relacionadas ao cacau, e o desenvolvimento regional sustentado pelo cultivo do fruto. A monocultura secular em torno do cacau na região e o envolvimento histórico do produtor à cultura mantiveram a atividade com força suficiente inclusive para superar as quase três últimas décadas de crise contínua como consequência da praga vassoura de bruxa na lavoura cacauera (AMARANTE SEGUNDO et al., 2014).

Atualmente, como na primeira grande interferência identitária relacionada à cultura do cacau no início do século XX a partir, sobretudo, da ascensão econômica regional resultante da comercialização do cacau *in natura*, há novamente um esforço no sentido de deixar para trás

Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Dia-a-dia/noticia/2015/06/como-empresarios-estao-ajudando-recuperar-o-cacau-brasileiro.html>>. Acesso em 24 jul. 2018.

imagens contrárias ao propósito ideal de identidade futura, desta vez, relacionadas ao perfil coronelista em torno do cacau. A intenção é criar no imaginário coletivo uma visão mais adequada às propostas modernas de organizações sociais, macroeconômicas e de poder, sobretudo com a ruptura do sistema monocultor em torno do cacau, com a proposta de implantação alternativa do cacau fino e do cacau orgânico, valorização do cacau cabruca como sistema agroflorestal baseado em suas benesses resultantes – redução da emissão de gases do efeito estufa; comercialização de créditos de carbono; proteção de mananciais e solo; e, conservação produtiva (SETENTA; LOBÃO, 2012).

O que difere a construção de uma identidade para outra é o fato de este processo ser relacional, histórico e diferenciador, estabelecendo afincos nas diferenças que se estabelecem em suas demarcações simbólicas (WOODWARD, 2011).

Portanto, da história regional, o que tendem a permanecer vivos nessa nova contextualização identitária são, além da cultura cacauceira em atividade nas fazendas da região e materializada na memória coletiva, os aspectos históricos e contemporâneos positivos e com tendências desenvolvimentistas atuais e futuras. Neste momento, deve-se priorizar a identificação dos elementos a serem, se não esquecidos, cristalizados na memória, transformados em história, em detrimento daqueles a serem resgatados pela memória viva, presente, a fim de formatar essa nova identidade idealizada, desejada e prevista em torno da IP Sul da Bahia⁴.

Contudo, essa seletividade narrativa tende a debandar as relações e estruturas sociais internas do ambiente geográfico delimitado pela IP dados os conflitos de interesse que podem vir a ocorrer do nível ideológico ao concreto, com interferências importantes, inclusive, no sistema produtivo, a fim de que haja a devida adequação sistemática coletiva em torno da narrativa identitária instituída. São conflitos cíclicos e constantes que buscam determinar o disciplinamento do trabalho, a posse da terra, o desenvolvimento e pertencimento dos ativos, considerados como efeitos materiais resultantes do que venha a ser uma construção inocente, natural e despropositada, características próprias da identidade instituída, ao tempo em que, em verdade, essa “construção da nova identidade” se estabelece pela intencionalidade e pelo desejo de se obter como efeito a manutenção da região cacauceira como locus identitário de atuação do poder que a instituir (RANGEL, 2013).

⁴Nosso propósito. Indicação de Procedência Sul da Bahia. 2018. Disponível em: <<http://www.cacausulbahia.org/nosso-proposito/>>. Acesso em 12 jun. 2019.

6. Identidades para o futuro das IGs

As referências de modelagem das identidades mudaram com o passar do tempo. Atualmente, elas remetem muito mais ao repertório textual e iconográfico gerado pelos meios eletrônicos de comunicação e aos contatos próprios da globalização urbana que à cultura externalizada nas artes, na literatura e no folclore (CANCLINI, 2006).

Neste cenário globalizado, a identidade se apresenta ainda mais influenciável, provisória e instável, e em constante processo de transformação. Atualmente, as identidades são híbridas, dúcteis e multiculturais, tornando-se móveis, abertas e flexíveis ao processo de negociação próprio das redes globalizadas (HALL, 2006; CANCLINI, 2006).

Boechat (2016) destacou a importância das organizações, enquanto empresas ou instituições inseridas no mercado, estabelecerem e fortalecerem sua identidade como cumpridoras de seu papel de agentes de transformação social. Tomando como base o entendimento do autor, portanto, é possível e recomendável à IG construir uma “memória organizacional” relacionada a uma estratégia de mercado.

Voisin (2004) lançou mão dos recursos ligados à narrativa para valorizar aspectos relacionados à identidade do lugar onde se estabelece a IG. O estabelecimento e fortalecimento da identidade da IG, baseada em características ambientais, técnicas, culturais, dentre outras, têm na comunicação social a instrumentalização essencial para transformar elementos caracterizadores dispersos em narrativa concisa. A comunicação desempenha importante papel no processo de formação das imagens do lugar, elemento essencial no plano das memórias coletivas e, por sua vez, nas suas reconfigurações identitárias.

Em referência à região Sul da Bahia, Amarante Segundo et al. (2014) destacaram a importância do surgimento da IP para aliar elementos até então dispersos, como cultura, tradição, singularidades locais, identidade e modernidade, bem como políticas públicas, redes sociais, desenvolvimento rural, autoestima e eficiência em prol de um único viés desenvolvimentista.

Elementos naturais e o patrimônio histórico e cultural ajudam a construir essas imagens relacionadas à IG e às memórias do lugar e definem a identidade como produto principal do negócio envolvendo as IGs. Ou seja, o que a IG vende é a sua identidade, a marca de cada um dos produtores, seu sinal distintivo, sua representatividade. Os produtos e serviços entram nesse processo como bens detentores dessa simbologia. A valoração do bem, neste sentido, se adequa mais ao valor simbólico da IG que ao valor de mercado (SANTILLI, 2005).

Os aspectos organizacionais da IG devem promover o empoderamento, entre seus membros, das características próprias do território, da sua carga histórica e cultural, além dos modos de produção próprios e características que definem a diferenciação de seus produtos e serviços. Esse conjunto de fatores é o que possibilita a valorização mais ampliada deste espaço (CHAMPREDONDE; COSIOROVSKI, 2016)

Fávero (2010) reforça que o sucesso e o reconhecimento efetivo da IG dependem da organização dos produtores e envolvimento de toda a cadeia produtiva, algo que não pode ser feito “a portas fechadas”. Isso significa que esse processo deve ser coletivo e participativo, envolvendo todos os atores sociais em papéis de protagonismo.

Atividades econômicas de ação territorial, como o turismo e a valorização cultural local, também correspondem a indicadores com potencial de gerar avanços no processo de desenvolvimento regional. Neste sentido, as IGs tendem a colaborar com o surgimento de novos nichos de mercado, ou seja, novos mercados para produtos ou serviços tradicionais, estabelecidos em sua maioria na agricultura familiar (VITROLLES, 2007).

A Lei da Propriedade Intelectual (Lei Nº 9.279/1996), que define IG como o reconhecimento do ativo intangível da propriedade industrial que representa os atributos relativos ao meio, aos fatores humanos ou à reputação que distingue produtos ou serviços de determinada origem geográfica, também estabelece ao INPI a responsabilidade de emitir o reconhecimento de IGs no Brasil e de estabelecer as condições necessárias para a concessão do registro oficial (BRASIL, 1996).

Entretanto, o registro no INPI não garante a valorização automática dos bens representados pelo signo distintivo e por isso não deve ser encarado como a conclusão de um processo de reconhecimento da IG. Assim, é preciso que haja destaque especial à gestão pós-registro, envolvendo aspectos relativos à promoção, comercialização e controle de produtos, como sendo um trabalho constante em busca da conscientização do público em geral e dos produtores, em particular, acerca da IG como elemento importante em uma estratégia competitiva baseada na territorialidade e na diferenciação (CHIMENTO, 2015).

Elementos da realidade social e econômica do lugar, como sustentabilidade, território, relações de poder, capital social, desenvolvimento agrícola e rural, redes sociais e gestão do conhecimento, tendem a ser suficientes para desenvolver esse signo distintivo, na medida em que relaciona o território onde o cacau é produzido aos conceitos e condicionantes de uma IG (AMARANTE SEGUNDO et al., 2014).

7. Metodologia

Com base no referencial teórico apresentado, obtido por meio de pesquisa bibliográfica, delimitou-se a área de análise sobre o objeto deste estudo, a IP Sul da Bahia, no conteúdo informacional utilizado pela ACSB nos meios digitais de comunicação da IP disponibilizados na internet: *site* e mídias sociais. A delimitação se justifica pelo amplo acesso da população brasileira e mundial à internet e aos conteúdos nela disponibilizados, uma vez que a internet é o ambiente virtual digital em que 53% da população mundial e 66% da população brasileira estão inseridos (Digital Global Overview, 2018).

A análise é realizada sobre o discurso construído pela Associação diante dos aspectos constituintes da territorialidade do Sul da Bahia, ou seja, da narrativa utilizada para o processo de reconstrução da identidade regional. Enfim, a Análise do Discurso (AD) proposta nesta avaliação concentra-se na narrativa construtivista de identidade territorial do Sul da Bahia a partir da institucionalização da IP.

Serão objetos de AD os conteúdos textuais e imagéticos do *site*⁵, da página no Facebook⁶ e do perfil no Instagram⁷ da Associação, que são os meios de comunicação digital atualmente utilizados pela Associação na internet. A identificação e avaliação do conteúdo foram feitas entre os dias 04 e 15 de junho de 2018⁸.

Para esses objetos, serão analisados nos conteúdos narrativos: a presença de elementos históricos e aspectos históricos locais; facilidade de acesso ao conteúdo; integração das informações disponibilizadas ao conceito de Indicação Geográfica, bem como com o turismo local, a qualidade e utilização de recursos visuais e audiovisuais; e a presença de *hiperlinks* relacionados à IP Sul da Bahia para o produto cacau.

Contudo, este trabalho traçou um perfil da atuação do marketing digital para ampliação da presença digital da IP Sul da Bahia na internet, identificou as possíveis consequências dessas ações para a identidade coletiva regional e apontou soluções para os problemas identificados.

⁵Disponível em: <<http://www.cacausulbahia.org>>.

⁶Disponível em: <<https://www.facebook.com/cacausulbahia.IG/>>.

⁷Disponível em: <<https://www.instagram.com/cacausulbahia/>>.

⁸Desde então, não foram constatadas alterações relevantes na forma e no conteúdo dos ambientes digitais analisados, o que mantém válidos os dados e análise apresentados no item “8. Resultados e discussão” deste estudo.

8. Resultados e discussão

A ideologia, como instrumento de interpretação do sujeito (PÊCHEUX, 2001), possibilita a AD dos processos para a sua expressão, chamada de formação imaginária. Logo, as formações imaginárias são alimentadas pela ideologia. A análise deste trabalho se concentra na formação imaginária elaborada pela ACSB, embasada, portanto, na ideologia resultante dos processos sociais que a formaram e a mantem. Afinal, todo processo discursivo é atribuído ao resultado de relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, 2008).

A inserção da IP Sul da Bahia no ambiente virtual da internet já demonstra a iniciativa de seus representantes de adequar e inserir o signo distintivo com seus produtos e serviços agregados ao novo momento mercadológico globalizado e, com isso, conquistar admiradores e consumidores dos bens que carregam a simbologia deste signo distintivo e também dos aspectos puramente ideológicos do lugar, como a cultura e a própria história, e ambientais, como a natureza preservada e os atrativos turísticos.

O *site* é moderno e visualmente bem apresentável, o que facilita o acesso e a leitura do conteúdo disponibilizado. Possui informações relevantes tanto ao usuário comum quanto àqueles que estão ou podem vir a se inserir na IP. São mapas que definem a região geográfica e as fazendas detentoras do signo distintivo, informações sobre a Associação e seu propósito, disponibilização de *hiperlinks* com os membros credenciados, acesso a materiais como manuais e documentos voltados ao produtor com interesse em adquirir o selo da IP, blog com notícias referentes à IP e à Associação e um canal direto de contato, além de *hiperlinks* para as redes sociais da ACSB.

Apesar da importância destas informações estarem disponibilizadas no *site*, não é possível identificar outras que possibilitariam ao usuário a contextualização do modo de produção específico que justifique o registro da IP; que relacionem a IP ao turismo e estimulem no usuário o desejo de realizar visitas relacionadas ao sistema produtivo, considerando o potencial turístico já presente nesta região; que esmiúcem os fatores históricos, socioculturais e ambientais regionais etc. Evidencia-se, ainda, o uso limitado de recursos visuais e audiovisuais. Fotos e vídeos, dentre outras mídias imagéticas, têm o potencial de atrair a atenção do usuário e, conseqüentemente, o interesse pelo seu conteúdo informacional, além de possibilitarem a melhor compreensão do conteúdo disponibilizado.

Partindo do embasamento teórico sobre o discurso como instrumento de construção identitária e, na sua definição, das escolhas do conteúdo narrativo enquadradas aos interesses

próprios da Associação, além das técnicas próprias da AD, é possível identificar no material analisado a limitação de elementos históricos que no passado sustentaram, inclusive, a própria fonte de fundamentação discursiva para o surgimento e registro da IP Sul da Bahia. De todo percurso histórico do cacau na região Sul da Bahia, restou registrado em uma das subpáginas do *site* da IP (História e Tradição) uma breve e superficial referência ao surgimento do cacau da região, da importância dos elementos históricos na literatura e arte brasileiras, do modo de cultivo e da qualidade própria das amêndoas locais. Nota-se que a subpágina não contém *hiperlinks* que facilitarão o acesso do usuário a informações complementares.

Na mesma linha teórica, nota-se que nas redes sociais da Associação não há qualquer referência sobre aspectos históricos do lugar. Importante frisar que o Facebook disponibiliza um espaço na página chamado “HISTÓRIA” para que a instituição insira ali informações históricas a seu respeito. Porém, na página da IP Sul da Bahia, este espaço encontra-se sem conteúdo.

Ou seja, ainda que elementos do passado possam ser, nos contextos político, social e econômico atuais, interpretados como pejorativos, a completa ausência desses elementos históricos tendem a passar à opinião pública a falsa impressão de que a história do cacau enquanto referência de lugar surge somente a partir do aparecimento da própria IP. O desafio da Associação em criar uma nova narrativa identitária territorial está justamente na necessária identificação de elementos históricos positivos a serem preservados e rememorados para se obter o melhor equilíbrio entre o que passou e o que, a partir disso (experiências positivas), se busca para o futuro.

Neste aspecto, vale ressaltar o entendimento de riqueza histórica expressa por Amarante Segundo et al. (2014) em relação aos dois séculos de cultura cacauera na região. Para os autores, a região cacauera e seus diversos atores sociais produziram ao longo da história conhecimentos, hábitos e modos de vida que, mesmo tendo sido transformados ao longo do tempo, ainda podem agregar valor aos produtos e derivados do cacau. Ademais, a contextualização histórica em torno do cacau é um dos principais fatores específicos que fizeram a amêndoa merecer o registro de IP, fatores que devem ser divulgados para que o valor do signo seja reconhecido pelo consumidor (CHIMENTO, 2015).

As mídias sociais têm ampliado os seus recursos de multimidiaticidade à medida em que aumenta entre os usuários dessas redes a utilização de recursos que facilitam e potencializam o processo comunicacional. Às mensagens, que podem ou não ser textuais, pode-se incluir áudios, figuras estáticas e móveis, fotos, vídeos e outros recursos que viabilizem e estimulem a atração do receptor da mensagem pelo conteúdo da informação e a sua cada vez mais ágil compreensão.

Neste aspecto, ainda não se percebe nas mídias sociais da Associação a utilização planejada e estratégica destes recursos. Constatou-se que o conteúdo concentra, basicamente, replicação esporádica de informações jornalísticas sobre a IP Sul da Bahia e registros em texto e imagens de ações pontuais desenvolvidas pela Associação, como reuniões e participações em eventos.

Em relação às imagens produzidas e publicadas, percebe-se a ausência de padronização qualificada e profissional. Enquanto algumas imagens disponibilizadas possuem qualidade profissional com a aplicação de técnicas fotográficas e recursos de edição e finalização, outras que ocupam as mesmas mídias da Associação aparentam terem sido produzidas de forma não profissional e com recursos também não profissionais, como câmeras de aparelhos *smartphones*.

9. Sugestões

Os problemas identificados nesta análise do discurso podem se justificar pela recente existência da IP Sul da Bahia (registro concedido pelo INPI em 24 de abril de 2018 – RPI nº 2468), mas evidenciam que, apesar do claro objetivo e da necessidade de se criar um novo discurso próprio do lugar com a intenção de inserir à identidade do Sul da Bahia elementos modernos e inovadores, mais distantes do passado que remete aos conflitos sociais e desafios da lavoura cacaeira e mais próximos da herança de riqueza e desenvolvimento promovidos pelo “ouro branco”, a ACSB, enquanto detentora do poderio aglutinador, gerencial, sistemático e estruturante da IP Sul da Bahia, deve tornar mais claros seus objetivos e difundi-los adequadamente, evidenciando, em uma narrativa bem construída, o novo e resguardando, com a cautela necessária e de forma criteriosa, o passado, sobretudo aquele cristalizado na memória coletiva.

O desenvolvimento socioeconômico territorial buscado a partir da institucionalização da IP deve estar presente e evidenciado no discurso assumido nos meios eletrônicos de comunicação na internet. Portanto, sugere-se que questões como a própria valorização do lugar pela literatura; os meios de produção tradicionais aliados aos avanços tecnológicos; a relação ambiental existente entre o lugar onde se produz o cacau que ostenta o signo da IP e onde se obtém opções variadas de atrações turísticas; o clima; a preservação da natureza por meio do próprio sistema de produção cacau-cabruca; dentre outras, possam ser mais exploradas e melhor aproveitadas no conteúdo do discurso disponibilizado por estas mídias.

Esse discurso pode ser produzido, por exemplo, a partir da narrativa sobre a forma de vida e de trabalho dos próprios membros da Associação, explorando conteúdos informativos que

demonstrem a relação entre o indivíduo e o lugar onde vive, abordem fatores que envolvam natureza e a forma de produção e demonstrem os impactos da IP no trabalho, renda, e vida do produtor, na cultura, no meio ambiente, no turismo, nas relações interpessoais e profissionais urbanas e rurais, dentre outros.

Relevante que haja, ainda, investimentos na profissionalização do processo criativo do conteúdo informacional, sobretudo relacionado à padronização da produção de textos - claros e objetivos, fotos e vídeos, o que tende a atrair a atenção do usuário da internet que prima por conteúdos de melhor qualidade. Ações profissionais de marketing voltadas ao planejamento e à sistematização do discurso presente em diferentes plataformas midiáticas com enfoque nos objetivos identitários territoriais elencados pela Associação tendem a tornar evidenciados e aplicáveis esses objetivos. Entretanto, para além das ações isoladas de marketing, é preciso assumir o caráter educativo da comunicação para que o público (potenciais consumidores) tenha acesso às informações referentes ao signo distintivo e compreenda o real valor da IP e o que ela representa (CHIMENTO; FERNANDES; TERRA, 2014).

Por fim, é necessário associar, de vez, à narrativa em torno da IP do cacau, os subprodutos dele originados: a polpa, utilizada para o preparo de sucos, geleias e doces e, quando fermentada, para a produção de bebidas alcoólicas, vinho e vinagre; alimentação animal a partir das cascas frescas ou secas do cacau (aves, suínos, bovinos ou ovinos); manteiga de cacau na indústria química e cosmética; uso como fertilizante agrícola rico em potássio; e, em especial, o mais popular e apreciado deles, o chocolate (ODDOYE et al., 2013).

Neste sentido, e mesmo diante da constatação de que o chocolate da região não seja o produto diretamente protegido pelo signo distintivo, ressalta-se a relevância do discurso a ser construído em torno, sobretudo, do chocolate fino ou *gourmet*, que carrega em si toda a história que levou o cacau da região à importância social e econômica que ele tem hoje; do resultado do sistema de produção aperfeiçoado por séculos; do sabor característico e resultante do ambiente e de seu *terroir*; da força de um povo que, mesmo diante de todas as dificuldades até aqui, teve a coragem e a sabedoria para superá-las, uma a uma. Esses são os elementos que já formam uma nova identidade territorial do Sul da Bahia. A narrativa que se propõe a ser apresentada para fora e para dentro da área de abrangência da IP tem a função de aglutinar em um único discurso as muitas visões em torno de um mesmo ideal e de tornar mais evidente a efetiva importância do signo distintivo para o esperado e necessário desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

10. Considerações finais

As definições de territorialidade, memória e identidade e os papéis que cada uma delas assume na sua realimentação e reestruturação constantes, estabelecidas pelos rearranjos sociais, econômicos e das relações de poder presentes nas estruturas sociais são bem discutidas na literatura científica. Neste sentido, a identidade, individual ou coletiva, é o resultado de um processo elaborado de narrativa construída a partir de escolhas de lembranças e esquecimentos da memória. A identidade construída é o resultado narrativo da interpretação racionalizada da história.

Com base nesse entendimento, a análise do discurso construído em torno da IP Sul da Bahia, possibilitou a identificação de elementos da subjetividade da construção narrativa sobre o signo da IG. Alguns desses elementos se mostraram eficazes à promoção do desenvolvimento socioeconômico de sua região de abrangência, mas, outros, requerem adequações e melhorias.

Um dos principais desafios da IP Sul da Bahia é promover uma identidade moderna e inovadora para a região produtora de amêndoas de cacau especial sobre uma herança histórica que flutua entre os desafios seculares da lavoura cacaueira e o coronelismo, de um lado, e a riqueza e desenvolvimento econômico regional, de outro.

A utilização de recursos da internet para a construção do discurso narrativo construtivista da nova identidade da IP Sul da Bahia demonstra o interesse da ACSB em manter e desenvolver a sua presença digital. Entretanto, a análise do discurso identificou a necessidade de adequação de conteúdo textual e imagético, sobretudo relacionados à valorização de aspectos específicos ligados ao ambiente produtivo da IP, como históricos, culturais e turísticos.

A aceitação e identificação de elementos históricos relacionados ao signo da IG, ainda que no contexto social contemporâneo figurem de forma pejorativa, pode ser benéfica na criação desta nova identidade ao promover, através da narrativa baseada em escolhas racionais, lembranças afetivas positivas. Essa narrativa pode servir de referencial às futuras ações da Associação na elaboração de uma nova história para a região, de uma nova identidade fruto do seu signo mais evidente na atualidade: a IP Sul da Bahia.

Neste sentido, este trabalho apontou possíveis estratégias de marketing para a melhor definição e uso adequado do discurso narrativo em prol do fortalecimento da IP Sul da Bahia e do desenvolvimento socioeconômico da região abrangida pelo signo distintivo.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2011.
- AMARANTE SEGUNDO, Gesil Sampaio; GOULART, Luciane Aparecida; SILVA JUNIOR, Milton Ferreira; UETANABARO, Ana Paula Trovatti. **O cacau da região Sul da Bahia e a perspectiva histórica de uma Indicação Geográfica**. Cadernos de Prospecção, v. 7, p. 632-639, 2014.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica. 1993.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Recife: IPESPE. 2005.
- BOECHAT, Leandro. **Entre a memória e o mercado: identidade, (re)significação e cultura empresarial**. 1. ed. v. I. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.
- BRASIL. **LEI Nº 9.279, de 14 de Maio de 1996. Lei da Propriedade Industrial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19279.htm>. Acesso em: 28 Mai. 2018.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.
- CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRO, A. C.; DUSILEK, S. R. G.; SILVA, C. F. **Identidade social, mídia televisiva e construção histórico-cultural da memória coletiva: o caso de um movimento sociorreligioso no Brasil**. Relig. soc., Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 74-102, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872016000100074&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap04>.
- CHAMPREDONDE, M.; COSIOROVSKI, J. G. **¿Agregado de Valor o Valorización? Reflexiones a partir de Denominaciones de Origen en América Latina**. Revista Iberoamericana de Viticultura, Agroindustria y Ruralidad, vol 3, nº 9, Santiago do Chile, 2016.
- CHIMENTO, M; FERNANDES, L; TERRA, C. **Contribuição da comunicação na agregação de valor às Indicações Geográficas protegidas de arroz**. GEINTEC, v.4, n. 1, p. 489-503. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageintec.net/index.php/revista/article/download/237/374>>. Acesso em: 03 Jul. 2018.
- CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. **Indicação geográfica na imprensa: cenários e desafios**. Tese de Doutorado do Programas de Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI. Rio de Janeiro, 2015.
- CEPLAC - Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira. **Cacau ano 25**. Brasília, 1982. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=26hn0NfzF9QC&pg=PR2&dq=COMISS%C3%83O+EXECUTIVA+PARA+O+PLANO+DA+LAVOURA+CACAUEIRA+%E2%80%93+Ceplac.+CACAU+ANO25.Bras%C3%ADlia,+1982.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj8oNS9k7LZAhUBS5AKHZ6eBEAQ6AEIKDAA#v=onepage&q=1746&f=false>>. Acesso em: 16 Jan. 2018.

- CRUZ, Benedito Ely Valente da. **O Alvorecer das indicações geográficas na Amazônia: a “corrida” pela IG do queijo artesanal do Marajó – PA.** Presidente Prudente - SP: [s.n]. 2017.
- DALLABRIDA, V. R. **Território e desenvolvimento sustentável: Indicação Geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil.** Informe Gepec, Toledo (PR), Vol. 16, N. 1. 2012.
- DENARDIN, V. F. **Estratégias para potencializar produtos com identidade territorial.** I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, Anais, Curitiba, p. 1-15. 2009.
- FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do Cacau.** 2.ed. Salvador: Solisluna Design. 2010.
- FÁVERO, K. C. **Indicações Geográficas.** In: BRASIL. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio. Organização Luiz Otávio Pimentel. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: MAPA; Florianópolis: EAD\UFSC. 2010.
- FERNANDES SILVA, Clemir. **A esfinge da UPP e os oráculos da religião. Percepção de lideranças religiosas nativas sobre Unidades de Polícia Pacificadora em favelas cariocas.** ISER, vol. 68, nº 1: 130-141. 2014.
- GURGEL, V. **Aspectos jurídicos da Indicação Geográfica.** In: Lagares, L; Lages, V e Braga, C. Valorização de Produtos com Diferencial de qualidade e identidade: Indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: SEBRAE. 2006.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste.** Rio de Janeiro: EDUFF. 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.
- HOBSBAWM, E. **Mass-producing traditions: Europe, 1870-1914.** En E. Hobsbawm y T. Ranger (eds.), The invention of tradition (pp. 263-307). Cambridge: University Press. 1983.
- INPI. **Revista de Propriedade Industrial (RPI) nº 2468 em 24 de abril de 2018.** Disponível em: <http://revistas.inpi.gov.br/pdf/Indicacoes_Geograficas2468.pdf>. Acesso em: 14 Mai. 2018.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** SP: Unicamp. 1996.
- MESQUITA, Renata. **A Bahia faz chocolate.** Estadão / Paladar. 2017. Disponível em: <<https://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,a-bahia-faz-chocolate,70001947757>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.
- NIEDERLE, P. A. **Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão.** In: Congresso da SOBER, 47. 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SOBER/UFRGS. 2009.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire (Vols. i, ii, iii).** Paris: Gallimard. 1997.
- ODDOYE, E.O.K., AGYENTE-BADU, C.K., GYEDU-AKOTO, E. **Cocoa and Its By-Products: Identification and Utilization.** In: Watson R., Preedy V., Zibadi S. (eds) Chocolate in Health and Nutrition. Nutrition and Health, vol 7. Humana Press, Totowa, NJ. 2013.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso.** 2 ed. Campinas: Pontes. 2001.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 5. ed. Campinas: Pontes Editores. 2008.

- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.
- RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. **A crise da região cacauzeira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades**. Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 77-101. 2013.
- ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus, Ba: Editus. 2008.
- SANTILLI, J. **As indicações Geográficas e as territorialidades específicas das populações tradicionais, povos indígenas e quilombolas**. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Org.). Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: Sebrae. 2005.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana. O desenvolvimento da colônia**. Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições. 2003.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.
- SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Érico. **Conservação Produtiva. Cacau por mais 250 anos**. Itabuna-BA. 2012.
- SOREK, T. **The quest for victory: collective memory and national identification among the arab-palestinian citizens of Israel**. Sociology, 45(3), 464-479. 2011.
- SOUZA, Mariana Jantsch. **A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade**. Revista Graphos, vol. 16, nº 1. 2014.
- VITROLLES, D. **Construction sociale du lien à l'origine dans le cadre de l'émergence des indications géographiques au Brésil: le cas de la viande do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais - Geografia) – Université Lumière Lyon 2, França. 2007.
- VOISIN, J.K. **Comunicação turística, memória, identidade: uma proposta de abordagem e dois casos (Ilhéus-Bahia e La Rochelle-França)**. ICER - Identidade Cultural e Expressão Regional. 2004.
- WE ARE SOCIAL: **Digital in 2018: World's internet users pass the 4 billion mark**. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 02 Jun. 2018.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.